



NOVO REGRAMENTO DA PLR

Mais uma política de RH para aumentar a exploração, dividir a categoria e pavimentar a privatização

“Meritocracia”, “modernização”, “mobilidade”, “flexibilização”, “racionalização” e outras palavras bonitas acompanham uma política que já gerou mudanças no GD / ANPR, um novo plano de carreiras (PCR), “Mobilizas” e outras metodologias de diminuição de efetivo e, mais recentemente ainda, o novo PRVE e uma proposta de mudança (para pior, claro) no regramento da PLR.

Enquanto a Petrobrás economiza nos contratos e ataca a PETROS, investe em uma política remuneratória individualista e imediatista, para aumentar a exploração e manter a taxa de lucro dos acionistas - e não estamos falando da velhinha do Texas ou de Taubaté, mas dos grandes investidores internacionais e da meia dúzia (literalmente) de bilhardeiros brasileiros.

A PLR sempre foi um instrumento ilusório de democratização dos lucros, quando na verdade representa mais uma armadilha da renda variável, que não compõe benefícios para a aposentadoria.

Além disso, sempre estivemos longe do facultado pela lei (25% dos dividendos), somos limitados pelo regramento (em nome de alguma “garantia”) e agora querem mais uma vez piorar as condições de pagamento da PLR.

Já na primeira reunião, a Petrobrás mostrou que pretende impor

um ritmo impraticável e, na verdade, não haverá “negociação” alguma. Bem ao estilo do PCR, PRVE etc. O RH afirma que deve apresentar novos indicadores até 30 de novembro e concluir toda negociação até 31 de dezembro.

A FNP, além de não assumir nenhum compromisso com indicadores ou com a assinatura de qualquer regramento, muito menos neste prazo absurdo, relembrou que nossa bandeira histórica está nos 25%, que eles devem apresentar os números, que queremos saber qual percentual do lucro líquido pretendem destinar aos acionistas etc.

Solicitamos, novamente, a apresentação aprofundada e devido debate sobre o PRVE que tem pontos de contato fortes com a PLR.

Um ponto que nos preocupava de antemão era o comprometimento da segurança e saúde do trabalhador com possíveis metas de SMS entre os indicadores. Até mesmo porque a legislação agora proíbe, a empresa afirmou que não constarão metas de SMS. Entretanto, este é um ponto a se aprofundar, porque o GOG, por exemplo, é um candidato a pressionar os gerentes para economizar com infraestrutura, horas extras etc., o que pode impactar nas condições de trabalho.

O indicador que talvez tenha causado maior polêmica foi o lucro/

empregado (“produtividade”), que parece premiar a redução de postos de trabalho (incentivo às demissões). O RH afirma que, justamente, este indicador não tem espaço para negociação, que é determinação explícita da SEST!

A Petrobrás pretende manter o conceito de remuneração que foi aplicado para o pagamento relativo ao ano de 2017 (lembra-se da pegadinha na última PLR?) e afirma que não é possível o pagamento baseado em resultados, mas somente quando houver lucro líquido.

Além do mais, repudiamos veementemente a utilização da PLR como ferramenta de prêmio ou punição por desempenho individual ou advertência. Sabemos também que tais avaliações são, por muitas vezes, questionáveis.

Seria uma segunda punição ao “peão”, enquanto não há o mesmo sistema de consequências para os gestores (sim, aqueles beneficiados pelo tal conceito de remuneração que o RH quer manter).

Nrá nova reunião com a empresa, na parte da tarde. A Diretoria da FNP reúne-se de manhã e, às 17h30, tem o Colegiado do Sindipetro-RJ. Sintam-se convidados a participar!



MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em breve, encarte especial em homenagem às negras e negros petroleiros.



CONGRESSO NACIONAL FACILITANDO A VIDA DA CONCORRÊNCIA

Senado poderá retirar da Petrobrás até 70% da Cessão Onerosa e viabilizar o Leilão do excedente, tudo em favor das petrolíferas internacionais

De acordo com as recentes declarações divulgadas por veículos de imprensa, da parte do presidente do Senado, Eunício Oliveira, nos próximos dias (talvez nesta quarta) deverá ocorrer a votação do substitutivo do projeto de venda de até 70% da Cessão Onerosa. O texto é apresentado como um “acerto de contas” entre a União e a Petrobrás, decorrente da capitalização da companhia ocorrida em 2010. Com a aprovação de mais esta pilhagem aos recursos brasileiros, será possível viabilizar a licitação do volume de óleo excedente da Cessão Onerosa, através da qual se diz poder arrecadar “pelo menos R\$ 100 bilhões: um reforço precioso aos cofres públicos”.

Como, tradicionalmente, as aprovações de projetos polêmicos se dão na base do “toma-lá-dá-cá”, já se debate a possibilidade de que os recursos do leilão do excedente venham a ser repartidos com os governos estaduais e municipais, de acordo com os parâmetros constitucionais para os repasses obrigatórios da arrecadação de impostos. É o conhecido embuste de usar “motivos nobres” para legitimar crimes de lesa pátria em favor de poderosos interesses privados internacionais.

O discurso dominante defende os argumentos falaciosos de que a Petrobras não teria condições de explorar sozinha a parte do óleo que lhe cabe na Cessão Onerosa, posição igualmente defendida pela gestão da empresa. Também se usa do discurso do

“país falido” para justificar o leilão do excedente, como se o Brasil não ganhasse muito mais com a exploração bem planejada deste recurso através da Petrobrás. Chega-se ao absurdo de promover uma visão de que o petróleo é quase um recurso inútil que deve ser explorado com urgência antes que valha nada. Porém, mesmo com o crescimento das fontes renováveis de energia, o petróleo está longe de ser um recurso obsoleto, dada sua ainda inigualável capacidade de geração de energia, além dos inúmeros usos desde como fertilizante, passando pelo vasto espectro da petroquímica.

O fato é que mundo afora as majors do petróleo promovem guerras e desestabilizações políticas em países detentores de consideráveis reservas de petróleo, uma vez que perderam muito com o movimento de estatização do controle destas reservas. Infelizmente, no Brasil, contando com a boa vontade de políticos corruptos e a prontidão de uma imprensa vendida, forjam legislações que lhes são favoráveis sem necessidade de disparar um tiro.

Apesar dos clamores da população por uma mudança no governo, a nova equipe recém eleita já mostrou que não está do lado dos reais interesses da população brasileira. O fato de estar retomando a votação deste projeto de pilhagem no Senado ainda neste ano, deixa bem claro a quem servirá o novo governo.

**PRIVA
FAZ
BR**

**Petróleo
TEM**



MAIS UMA TARTARUGA EM CIMA DO POSTE

Defensor de privatização da Petrobrás aceita convite para exercer sua presidência: sabotagem?

Pelos noticiários do dia 19/11/2018, Roberto Castello Branco aceitou exercer a presidência da Petrobrás no novo governo a convite do futuro ministro Paulo Guedes. Castello é um anti-brasileiro avesso aos sucessos empresariais estatais, tendo o liberalismo como religião. No último período, criticou a Petrobrás por seu sucesso concorrencial no refino e na distribuição, como se ainda houvesse um monopólio legal, responsabilizando a empresa pela atual política de preços a qual, na verdade, atende ao deus que ele defende: o mercado.

É fundamental esclarecer que o monopólio estatal foi quebrado em 1997 por FHC e que, desde então, qualquer operadora pode investir em exploração e produção, refino, gás, distribuição e disputar todo e qualquer mercado que fosse da Petrobrás. No entanto, ao longo dos últimos anos, o que se viu foi a total falta de investimento empresarial privado, que não se dispôs a assumir qualquer risco próprio desses mercados: não avançaram nem no E&P, tampouco no refino, mas ocupam majoritariamente o segmento de distribuição. Somente depois de 2013, com o advento das

parcerias que levaram a Petrobrás a se vincular aos seus concorrentes, estes avançaram... mais por “incentivos” da Petrobrás do que por mérito próprio empresarial. Bolsonaro só tem uma chance de ser diferente de tudo que esteve e está aí: ou reverte e anula todos os leilões e a legislação que desonera as atividades em petróleo no país ou segue patrocinando este saque contra o povo e contra a chance de um desenvolvimento independente e soberano. Se for para exercer toda esta subserviência ao império: Castello Branco se curvará.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

☎ (21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎ (21)3034-7307/7337

Edição e redação: Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.000

BOLSONARO MANTÉM O SAQUE DAS RIQUEZAS NACIONAIS EM FAVOR DE EMPRESAS INTERNACIONAIS

Novo governo pretende entregar a BR Distribuidora para a Shell e EMBRAER para a Boeing

PRIVATIZAR
MAL AO
BRASIL

QUE SER
NOSSO!



Evidenciando cada vez mais que o programa do novo governo é de rápida entrega das riquezas e empresas nacionais aos “apoiadores” estrangeiros, o vice-presidente eleito, general Mourão, disse em videoconferência com investidores em Nova York na terça-feira (13/11), que pretende privatizar a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás responsável pela distribuição de combustíveis em todo país, inclusive em localidades onde a iniciativa privada jamais teria interesse em atender. Para uma plateia de investidores e executivos, o general também comentou que uma proposta de acordo pela qual a Boeing adquiriria o controle das operações de jatos comerciais da Embraer é “muito boa” para o Brasil.

A Petrobrás realizou a IPO (venda de ações em oferta pública) da BR em dezembro do ano passado, e ainda detém 71% das ações. Vale mencionar que a BR Distribuidora fechou o dia na segunda-feira (12/11) com valor de mercado de R\$ 25 bilhões. Talvez por isso, o general afirmou que sua venda será rápida.

Alinhada aos planos de privatizar a BR, está a ideia de privatizar o “downstream” (refino, logística e distribuição) como um todo, de modo a atender o anseio de empre-

sas concorrentes que buscam, sem real investimento, abocanhar o mercado brasileiro de derivados.

A principal concorrente da estatal brasileira na distribuição é a Raizen - fusão da anglo-holandesa Shell (com o capital-majoritário) com a patronal da cana Cosan (que também conta com participação estrangeira); certamente uma eventual privatização da BR seria muito bem vinda... para a Raizen.

Os governos anteriores já deram início ao projeto de entrega de nossas riquezas e desmantelamento de estatais, como a Petrobrás, quando aprofundaram a terceirização, beneficiaram cartéis, instituíram a venda de ativos e desinvestimentos, “as parcerias” com concorrentes, bem como a âncora cambial, ao determinarem a “livre oscilação” do preço dos combustíveis vinculada à cotação internacional, condição fundamental para facilitar sua privatização aos capitais internacionais.

Por outro lado, que melhor forma de capitalizar a concorrência para comprar nossos ativos, senão tirando mercado da BR Distribuidora através de uma política de preços suicida? Como sempre, quem paga esta conta somos todos nós trabalhadores, povo brasileiro.

APÓS O PLANO DE EQUACIONAMENTO (PED), VEM MAIS UMA PEDRADA... UM “PETROS 3”?

No dia 14/11, segunda-feira passada, o Fórum de defesa dos participantes da PETROS realizou mais uma reunião de trabalho. Nessa reunião, tivemos um informe advindo do Grupo de Trabalho PETROS - instituído no âmbito da gestão da Petrobrás com a participação da PETROS e das Federações Sindicais - que oficializou a disposição da direção da Petrobrás em apresentar, para a aprovação do Conselho de Administração, um novo Plano (PETROS 3?) em substituição ao PPSP. Avalia-se que este encaminhamento é contrário aos interesses dos trabalhadores, dos participantes, pois não responde à questão central que os mesmos lhe

cobram, politicamente e judicialmente: as dívidas das patrocinadoras para com o plano. Ao contrário, também por seu modelo de contribuição definida (CD puro), acaba com responsabilidades que hoje estão a cargo das patrocinadoras. Ao que parece, o PED é um instrumento de pressão econômico-financeiro sobre a categoria, que visa facilitar a aceitação de um novo plano, o qual concretiza a retirada de direitos dos trabalhadores e elimina os respectivos compromissos nos balanços da Petrobrás e demais patrocinadoras, facilitando a venda de ativos, a privatização.

O Fórum segue discutindo o fechamento de uma proposta alterna-

tiva e constata seu acerto em fazê-lo e sua disposição de contrapô-la, tanto ao atual PED, quanto a uma proposta de PETROS 3, para responder a estes ataques, política e juridicamente, e buscar preservar os direitos dos trabalhadores, a saúde do PPSP (BD - Benefício Definido), retomar a confiabilidade na PETROS e na Petrobrás, cobrando que se faça o que é certo: que se honre os direitos e contratos com os trabalhadores, que se cobre e sejam pagas as dívidas e faltas das patrocinadoras e de cada um de seus agentes.

A próxima reunião do Fórum está marcada para o dia 23/11/2018, a partir das 9h30, no auditório do Sindipetro-RJ.

COMUNICADO
IMPORTANTE!

EFEITO DA LIMINAR - O Sindipetro-RJ informa que a Petros foi notificada, em 8/11, a suspender o PED. Verificando em seus contracheques a permanência dos descontos, solicitamos aos associados encaminharem os mesmos para juridico@sindipetro.org.br para que possamos responsabilizar a Petros pelo descumprimento da decisão judicial. <http://www.sindipetro.org.br/petros-efetua-descontos-do-equacionamento-apesar-da-ordem-judicial/>

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA, CENTRAIS SINDICAIS REALIZAM DIA NACIONAL DE PROTESTO

Mobilização amanhã (22/11) faz parte da Campanha Permanente em Defesa da Previdência e da Seguridade Social

A iniciativa é uma resposta às propostas de reforma em discussão pelo governo Temer e pelo presidente eleito, que, na prática, representam o fim da aposentadoria e dos direitos previdenciários dos trabalhadores. As centrais querem conscientizar e mobilizar a classe trabalhadora e a sociedade em geral para barrar a Reforma da Previdência. Também ocorrerão atos na próxima segunda-feira (26/11), em frente às Secretarias Regionais do Trabalho, data que marca a criação do Ministério do Trabalho, em protesto à proposta de extinção deste ministério.

O “modelo de previdência” defendido pelo governo eleito é semelhante ao aplicado no Chile, onde a pre-

vidência pública foi entregue ao setor privado, através do modelo de capitalização. Atualmente um trabalhador recebe 33% do que recebia antes de se aposentar e uma trabalhadora menos ainda, apenas 25%. Cerca de 2,5 milhões de chilenos recebem aposentadorias inferiores a um salário mínimo.

Protestos, panfletagem de materiais, diálogo nas ruas com a população e assembleias nos locais de trabalho, marcarão o dia de hoje nas principais capitais do país, com distribuição de materiais em defesa do atual sistema de Seguridade, conquistado em 1988, como resultado de décadas de luta e que comprovadamente não é deficitário, como alegam o atual governo e a equipe de transição do próximo mandato.

SINDICATO RECEBE AJUDA DE COOPERATIVAS

O Sindipetro-RJ recebeu, no início de novembro, R\$ 1.310,00 das cooperativas Roça!, Ogrão de Malte, Cervejaria Barreto, Salamandra, Comuna 76 e Bazar do Bom, que participaram do evento Cerveja Solidária, ocorrido no Sindicato em 31 de agosto. O Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II doou R\$ 300,00 em auxílio a realização do evento, idealizado pela Organização Popular (OP), tendência político-social articulada por pessoas de vários movimentos sociais que buscam superar o capitalismo.

As cooperativas são constituídas por integrantes da OP ou próximas. O evento foi pensado como forma de ajudar o Sindicato financeiramente. O montante é todo o excedente da arrecadação das cooperativas no encontro, ou seja, todo o dinheiro arrecadado menos os custos de produção (o detalhamento está na tabela). Além de mostrar que diversas ajudas financeiras somadas são

capazes de contribuir significativamente para o sindicato e para a luta petroleira contra a privatização da Petrobrás, o evento ressaltou a importância da auto-organização dos trabalhadores e do apoio mútuo entre as diversas categorias profissionais.

Doação Sindscope	R\$ 300,00
Venda de cervejas	R\$ 1.125,00
Roça	R\$ 16,00
Salamandra	R\$ 33,00
Livros	R\$ 120,00
Comuna 76	R\$ 33,00
Total	R\$ 1.627,00
Material para cerveja	R\$ 191,80
Gás	R\$ 65,00
Copos	R\$ 15,30
Sanitizantes	R\$ 28,90
Gelo	R\$ 16,00
Total	R\$ 317,00
Total final	R\$ 1.310,00

Nenhuma mulher é menos!

Pela vida das Mulheres!

Ato nesta sexta (23), às 17h, na Cinelândia.

“Contra toda forma de violência: pela vida das mulheres, pelos direitos, pelas liberdades democráticas”.

Domingo próximo (25/11), é Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

A data foi estabelecida no 1º Encontro Feminista Latinoamericano e caribenho em 1981, na cidade de Bogotá, capital da Colômbia. O dia 25 de novembro marca a morte das irmãs Maribal (Las Mariposas) assassinadas pela ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana

O ato busca alertar a sociedade sobre os casos de violência e maus tratos contra as mulheres. Além de crime, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a violência contra a mulher um grave problema de saúde pública que não distingue cor, condição econômica ou social e está presente em todo o mundo.

No Brasil, somente de janeiro a agosto deste ano - mês em que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) completou 12 anos -, 79.661 casos de violência contra a mulher foram denunciados, segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que administra a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o “ Ligue 180 “. A maioria dos crimes (63.116) ocorreu no ambiente doméstico e familiar.

As denúncias também podem ser registradas pessoalmente nas delegacias especializadas em crimes contra a mulher.

REFLEXO DO ACT 2017/19 SOBRE A AMS:

DESCONTO ADICIONAL EM NOVEMBRO DE CADA ANO

A Petrobrás informou que fará a cobrança adicional de AMS, acordada no ACT 2017/2019, nos contracheques de novembro. A cobrança adicional ocorrerá em todas as classes de renda, se aplicará a todos os empregados do quadro de terra do Sistema Petrobrás, incluindo Transpetro, TBG, PBIO e Termobahia, assim como aposentados e pensionistas. O valor adicional será o mesmo valor da contribuição mensal de Grande Risco regular.